



A RECEPÇÃO DO CLÁSSICO NA SOCIEDADE PARTHENON LITTERÁRIO

Bruno Ceretta Schnorr
Nicoll Siqueira da Rosa¹

Resumo

Criada em 18 de junho de 1868, na cidade de Porto Alegre/RS, a Sociedade Parthenon Litterário permitiu o intercâmbio de informações, textos e ideias entre os membros. Esta sociedade reuniu diversos intelectuais rio-grandenses que exploraram os mais variados gêneros da literatura ao escreverem sobre cultura e história, sempre mesclando o discurso literário ao político. Mas há neste contexto algo a ser considerado: a influência da cultura clássica em cada um destes membros, assim como da própria instituição. Por que esta influência? De onde beberam suas inspirações? Que personagens da Antiguidade são revisitados? Este trabalho visa entender o contexto de criação da Sociedade a partir do ponto de vista da recepção do clássico. Fará isso através da explanação da história da instituição e da análise do discurso que se apresenta, notadamente, nas primeiras edições da Revista do Parthenon Litterário, publicação mensal oficial do grupo.

Palavras-chave: Parthenon Litterário. Cultura clássica. Estudos de recepção.

1. Introdução ao neoclássismo em Porto Alegre

Porto Alegre, segunda metade do século XIX: ventos mediterrânicos sopram nas ruas e vielas da região central da cidade. Não é possível pensar a capital do Rio Grande do Sul no período citado acima sem refletir sobre o processo de recepção do legado clássico². E esta recepção, como sinaliza Francisco Marshall (2005), pioneiro nos estudos de recepção do clássico em Porto Alegre, não foi resultado de uma herança cultural, em que grupos não optam por estarem inseridos dentro de um contexto como este, mas sim uma escolha clara e definida. O historiador acrescenta: “decorre especialmente de uma opção que os indivíduos e coletividades têm realizado ao longo dos séculos, preferindo encontrar no mundo greco-romano o seu melhor fundamento” (MARSHALL, 2005, p. 21).

Podemos citar o Positivismo como canalizador deste ideal na cidade, construindo um projeto político e econômico de expansão que se traduziu em experiências clássicas marcantes na arquitetura, urbanismo, artes e doutrinas sobre a conjuntura política.

¹ Acadêmicos de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho desenvolvido na disciplina [HUM03006] SEMINÁRIO TEMÁTICO DE HISTÓRIA ANTIGA I, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Marshall. Contatos: brunocschnorr@gmail.com e siqueiranicoll@gmail.com.

² Por legado clássico, entendemos o amplo conjunto de elementos da cultura, política, sociedade e economia desenvolvidas na civilização greco-romana.

Para Marshall

A Porto Alegre neoclássica é um rico fenômeno de recepção do mito antigo, pois dá testemunho da formação da cidade, no momento de seu amadurecimento político e econômico, à luz de ícones e concepções resgatadas diretamente das épocas de Péricles e de Cícero. (MARSHALL, 2005, p.23-24).

Mas as lacunas que ainda permanecem sobre a recepção do clássico em Porto Alegre são grandes. A especificidade deste legado clássico ainda não foi estudada. Complementa Marshall:

Os historiadores da cidade conseguem identificá-la como neoclássica e eventualmente ler algumas alegorias da iconografia urbana, mas raramente percebem qual neoclassicismo é este, que valores, textos e doutrinas do mundo clássico são resgatados e monumentalizados – a recepção do mundo antigo (MARSHALL, 2005, p.24).

Este artigo é uma incursão específica. Nele identificamos pontualmente onde está a gênese das ideias, conceitos e paradigmas clássicos que os integrantes da Sociedade Parthenon Litterário utilizam. Esperamos que com nosso esforço possamos abrir caminho para este trabalho de investigação, objetivando a valorização dos clássicos no estudo de nossa cidade.

O objetivo³ deste artigo é discutir as formas pelas quais os integrantes da Sociedade Parthenon Litterário se apropriaram de elementos da cultura clássica em seus discursos e obras literárias. Além disso, como a instituição, ela mesma, foi um meio de recepção do clássico na cidade. Utilizaremos como fonte principal os três primeiros volumes da Revista do Parthenon Litterário⁴, periódico oficial do grupo, publicado em 1869, contendo além de textos literários, pautas e discursos dos membros em suas reuniões mensais. Em um primeiro momento analisaremos o contexto das letras no Estado, para depois iniciar o estudo específico da Sociedade.

2. Conflitos e as letras no Rio Grande do Sul

O período anterior à fundação do Parthenon Litterario foi agitado por duas guerras, uma delas que se estendeu além da época de surgimento da Sociedade. Mal a Província de São Pedro recuperou-se da Revolução Farroupilha (1835-1845), via-se novamente abalada pela Guerra do Paraguai (1864-1860); nesse contexto, a instituição de uma literatura rio-grandense tornava-se difícil, uma vez que a população da província estava às voltas com conflitos internos e externos.

³ Não é nosso objetivo discutir teoricamente neste artigo as várias representações do clássico na cidade de Porto Alegre, pois tomamos como estudo de caso a Sociedade Parthenon Litterário. Mais informações podem ser encontradas no artigo de Marshall (2005) em que de forma irônica o autor trabalha com discussões acerca da recepção do clássico no País, com destaque para Porto Alegre.

⁴ Disponível na biblioteca do Arquivo Histórico de Porto Alegre, no Memorial do Rio Grande do Sul, localizado na Praça da Alfândega, centro de Porto Alegre/RS.

Contudo, afirma Cesar (1956, p. 171), “além dos esforços sôbre-humanos despendidos nas guerras do Prata, a província cuidou de pensar as feridas recentes”. Tal afirmação é atestada pelo estudo da imprensa na província. De acordo com Boeira (2009, p. 82), a imprensa rio-grandense tornou-se bastante ativa com o final da Revolução Farroupilha, uma vez que ganhou “novo ânimo” com a incorporação do Rio Grande ao Império. A partir de 1945, muitos jornais e periódicos passaram a transitar pela província, sendo alimentados por personalidades ligadas a instituições de ensino, inclusive por aquelas que, mais tarde, fariam parte do Parthenon. Lazzari, por fim, (LAZZARI *apud* BOEIRA, 2009, p. 80) atesta que tais personalidades constituíam uma “nova geração de cidadãos cultos nascidos após a guerra de 1835-45”.

É notável, portanto, o fato de que as guerras influenciaram as letras provinciais de modo negativo, de certa forma atrasando seu desenvolvimento. Somente na segunda metade do século XIX é que se percebe uma maior profusão de periódicos rio-grandenses. Afirma Cesar (CESAR *apud* BOEIRA, 2009, p. 85) que tal atraso se deveu à dificuldade da província de se manter pacificada entre o momento de sua ocupação e povoamento até o final da Revolução Farroupilha. Mauro Póvoas salienta, ainda, outros fatores para tal atraso:

[...] a falta de escolas e instrutores adequados, acarretando a falta de um público leitor; a tardia integração da Província ao território nacional, devido ao constante envolvimento da região em conflitos armados, determinados pelos mais diversos motivos (delimitação de fronteiras, crises econômicas, luta pela independência); a preocupação em primeiro consolidar a posição do Estado em outros níveis – econômicos e políticos, principalmente; e o atraso no desenvolvimento da imprensa em solo gaúcho (como de resto em toda a Colônia, em decorrência da proibição da existência de prelos em território brasileiro), sendo o primeiro jornal sul-rio-grandense, o Diário de Porto Alegre, de 1827. (PÓVOAS *apud* BOEIRA, 2009, p. 85)

No entanto, conforme Boeira (2009, p. 87), não se pode determinar que o atraso na publicação de revistas e jornais relacionados à literatura seja indício de um o “atraso cultural” dos literatos rio-grandenses. De acordo com sua tese, os homens de letras da província recebiam notícias da Europa e dos Estados Unidos com relativo adiantamento em comparação à capital do Império, além de terem contato com as produções letradas dos outros países; portanto, tal atraso nas publicações deve-se a um *impedimento* provocado pelas revoluções nas quais a província esteve envolvida.

A partir deste contexto em que nasceu, a Sociedade determinou seus principais objetivos. O primeiro deles, devido talvez à formação de seus associados, era o da instrução. Dentre os oito principais partenonistas, seis eram professores; além disso, o fato de fundarem uma associação literária, que publicava uma revista para melhor divulgarem suas idéias, dava-lhes uma maior motivação para lutar por uma população leitora. De acordo com Cesar (CESAR *apud* BOEIRA, 2009, p. 86), “população esparsa, atormentada

pela guerra, a do Rio Grande conheceu muito tarde também os benefícios da escola. A instrução era de remota serventia para essa gente: de guerreiros é que ela nascera; de guerreiros continuava a precisar, e não de letrados e sonhadores”. Portanto, era notável a intenção dos associados de atentar para o problema do analfabetismo na província e de tentar combatê-lo. De acordo com Lothar Hessel,

[...] Atentos ao generalizado analfabetismo no Brasil, é evidente que os partenonistas pugnariam pela difusão do ensino, pela criação de Escolas Normais, pela instalação de Bibliotecas públicas e populares, e por outros empreendimentos de análoga natureza. (HESSEL apud BOEIRA, 2009, p. 93).

Outra bandeira levantada pelos partenonistas era a da importância das letras da Província de São Pedro. O Parthenon tinha como um de seus preceitos mostrar ao Império que sua intenção não era, de modo algum, apenas aceitar a ciência e literatura de outros países ou de outras províncias; queria sim produzir, e desejava que a importância de sua literatura fosse reconhecida. Além do combate para a instrução da população, travava-se também uma batalha no intuito de colocar a produção rio-grandense em pé de igualdade com o que se fazia nos arredores da capital imperial.

No entanto, alerta Boeira (2009, p. 98), esse regionalismo apresentado pelos associados não deve ser entendido como uma manifestação de tendência separatista. Em verdade, os motivos regionais foram adotados pelos partenonistas como meio de, a partir da veiculação de romances, contos e lendas de sua terra, dar início a uma literatura propriamente gaúcha, que estivesse mais adequada a uma literatura nacional brasileira. Assim, os textos produzidos por esses literatos faziam uma “defesa de um passado heróico e guerreiro do homem rio-grandense”, a fim de que os homens da Província de São Pedro tivessem sua importância reconhecida no contexto imperial. “Embora queixosos em relação à política centralizadora, esses liberais utilizariam a contenda farrapa e a imagem do rio-grandense belicoso muito mais para alegar uma maior autonomia junto ao poder central do que no sentido de ameaçar o Império”. Logo, o regionalismo defendido pelos partenonistas pode ser entendido dentro de uma luta maior sua, a da constituição de uma literatura propriamente brasileira, não mais baseada no que vinha de fora. Apeles Porto Alegre, discursando na tribuna do Parthenon, deixa clara essa bandeira nacionalista levantada pelos associados:

Há povos, senhores, que tem considerado a litteratura desnecessária á vida das nações; mas contra esse preconceito absurdo levanta-se não só o passado com a eloquência de seus louros triumphaes, como também o presente com o esplendor de seus gloriosos tropheos. O século XIX proclamou a supremacia litteraria e escreveu no escudo da guerra de seus arrojados commetimentos uma divisa que é um dogma para a sociedade contemporânea – povo sem litteratura é povo sem civilisação. [...] a patria de uma grande litteratura é sempre a patria de um grande povo. (PORTO ALEGRE apud BOEIRA, 2009, p. 102)

Cabe, ainda, ressaltar que os agremiados estavam também preocupados com a emancipação feminina e com a abolição dos escravos. O discurso de Luiza de Azambuja, uma das associadas, deixa clara essa idéia, além de resumir bem os demais ideais defendidos pelos partenonistas:

Vão longe os tempos em que a proeminência das armas symbolizava a gloria das nações; e o direito da força cede o passo a força do direito; [...] O inimigo á vencer – não é mais o que estrema a fronteira de um povo com o outro. O inimigo, que o espírito de século se empenha por debellar e vencer, é aquelle que nos asphixia em seus cem braços, é a ignorancia, a superstição e o despotismo; - é a tyrannia, que ella se apresente na fórma de governo, ou dos privilégios, que se nos imponha ao espírito ou á consciência. E a estes foi que offerecestes batalha, e a estes foi que vencestes! [...] Illuminando o espírito e libertando a consciência – remistes os captivos, protegestes os desherdados da fortuna, - déstes aos ignorantes a escola e a bibliotheca! [...] Salvé, pois, obreiros incançaveis do progresso material e do engrandecimento moral da pátria, d'esta pátria tão extremecida, tão grande, tão nobre, tão fadada por Dêos! [...] (AZAMBUJA apud BOEIRA, 2009, p. 91).

A Sociedade existiu até 1885, de acordo com a historiografia. No entanto, é difícil determinar ao certo quando parou de exercer suas outras atividades, devido à falta de informações a este respeito. Sabe-se apenas que as aulas noturnas e a biblioteca se mantiveram em funcionamento mesmo depois da extinção da Revista, em 1879. Silveira e Baumgarten (SILVEIRA et BAUMGARTEN apud BOEIRA, 2009, p. 124) afirmam que as aulas noturnas cessaram por volta de 1884, devido à falta de local adequado para o funcionamento da escola. Além disso, para os autores os motivos pelos quais a Sociedade se extinguiu foram os problemas financeiros, além de divergências entre os membros. Já Cesar (1956, p. 185) afirma que o caráter audaz e fervoroso dos associados ao tratarem de assuntos polêmicos, como a passagem de um regime monárquico para um republicano, acabou por se voltar contra o Parthenon. Além disso, devido a esses debates, ocorreram divergências entre os partenonistas. Os associados

passaram a agitar outros temas de sentido geral, a satirizar o espírito burguês, o reacionarismo dos conservadores e da nobreza do Segundo Reinado, pondo, assim, na expressão literária um fervor juvenil e audaz, de fundo indisfarçavelmente partidário. [...] Mas, aí, voltou-se contra êle parte das energias que sua própria obra educativa desencadeara. E como em seu quadro social nem todos fôsem partidários da mudança do regime, alguns elementos literariamente pouco atuantes, mas fiéis à Monarquia e prestigiosos do meio local, retiraram-se do “Partenon” ou deixaram de colaborar com os companheiros da véspera. Mesmo entre os adeptos da República estalaram, ali, sérias divergências [...]. (CESAR, 1956, p. 185)

Apesar de sua extinção, o Parthenon e sua revista foram determinantes para a formação de uma geração de escritores e de uma literatura rio-grandense que valorizasse a Província de São Pedro. A Sociedade e seu legado foram tão importantes que

influenciaram, em 1997, um grupo de intelectuais e simpatizantes a reativar a instituição. Nota-se, portanto, a relevância e influência de seu legado na sociedade gaúcha atual.

3. A Sociedade Parthenon Litterario e sua Revista

[...] O dia 18 de junho abriu o cyclo litterario na provincia, que até então, não podéra reunir um nucleo, onde a luz civilisadora se concentrasse nos certames scientificos, nos pleitos da tribuna e na discussão transcendente sobre o verdadeiro, o bem e o bello. (Revista do Parthenon Litterário, março de 1869).

A citação, que faz parte do programa do primeiro número da Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario, lançado em 1869, deixa clara a ideia que o grupo fundador da associação fazia da agremiação que iniciavam: a de uma instituição que abre o ciclo literário da Província de São Pedro, até então inexistente. A partir desta conclusão, os partenonistas enxergam sua importância para a intelectualidade do século XIX.

Através da publicação, os partenonistas pretendiam alcançar uma nova forma de defender as suas bandeiras, que passaram a ser levantadas, a partir da circulação do número um, tanto de forma impressa quanto de forma oral, em discursos inflamados proferidos nas mais diversas ocasiões. De acordo com Boeira (2009, p. 59), tendo passado por períodos de interrupção, a Revista foi distribuída em quatro séries: uma iniciada em março de 1869 e que se estendeu por todo aquele ano; outra, de julho de 1872 a maio de 1876 (correspondendo aos anos I, II, III, IV e V); a terceira, de 15 de agosto de 1877 à primeira metade de 1878; e, por fim, uma série de abril de 1879 a setembro de 1879.

Os associados ao Parthenon formaram um grupo deveras heterogêneo, proveniente de diversas profissões. Havia educadores, profissionais liberais, prosadores, religiosos, políticos e poetas entre os agremiados, e a presença feminina era sentida e admirada pelos partenonistas. Dentre os associados mais importantes podemos citar os irmãos Apolinário (1844-1904), Aquiles (1848-1926) e Apeles Porto Alegre (1850-1917), José Bernardino dos Santos (1845-1892), Hilário Ribeiro (1847-1886), Vasco de Araujo de Silva (1842-1898) – todos estes pertencentes ao grupo fundador – Luciana de Abreu (1847-1888) e Mucio Teixeira (1857-1926).

Dentre os projetos dos partenonistas, além da própria publicação da Revista Mensal, estavam a constituição de uma biblioteca utilizada para guardar obras relativas à história, à filosofia e à literatura. Uma tribuna, para que pudessem fazer os seus discursos, e aulas noturnas. Assim, as seções da Revista baseavam-se nas atividades realizadas pelos sócios, sempre respeitando a tríplice história-filosofia-literatura: havia espaço para publicar discursos, geralmente festivos ou fúnebres, estudos biográficos, crônicas, romances, poesias, contos e lendas, novelas, pareceres, estudos filosóficos ou históricos, literatura

dramática e outros gêneros literários, além da publicação das atas relativas a reuniões entre os associados.

É importante ressaltar que as causas que o grupo pretendia defender eram consequências diretas do período em que viviam os partenonistas. Seus objetivos, portanto, estavam particularmente atrelados ao momento em que a Sociedade surgiu. Faremos, então, uma breve explanação do momento anterior ao da fundação do Parthenon Litterario, visando melhor compreender as bandeiras defendidas pelos partenonistas.

4. Recepção da cultura clássica: por que “Parthenon Litterario”?

Parthenon é a denominação do templo grego dedicado à deusa Atena, construído no século V a.C. no alto da Acrópole de Atenas por influência do orador e estadista Péricles (495-429 a.C.) e sob a direção geral do arquiteto e escultor ateniense Fídias (490-430 a.C.). Cria de Métis, a divindade representante da prudência e dos bons conselhos, e Zeus, o mais poderoso dos deuses habitantes do Monte Olimpo, Atena era considerada a deusa da guerra prudente e estratégica, cultuada tanto por seu poder bélico quanto por sua inteligência. Conforme o Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology (in Theoi Greek Mythology), no verbete “Athena”, “como o pai era o mais poderoso e a mãe a mais sábia dentre os deuses, Athena era então uma combinação dos dois, isto é, uma deusa na qual poder e sabedoria eram harmoniosamente combinados.”⁵. As atribuições da divindade, portanto, estavam relacionadas à proteção de cidades, exércitos e heróis, mas também à de personalidades reconhecidamente astutas e perspicazes.

A partir deste pequeno preâmbulo a respeito da figura da deusa, podem-se tirar algumas conclusões a respeito da escolha do nome da Sociedade. Na primeira metade do século XIX, período em que a geração de partenonistas nasceu e se formou, a educação brasileira secundária consistia em um programa de estudos que mesclava o tradicional e o moderno. Assim, essa geração debruçou-se sobre a Gramática (Latim e Literatura Portuguesa), a Retórica (que compreendia História e Geografia), a Filosofia (Lógica, Ética e Metafísica) e as Ciências Experimentais (Física, Química e História Natural, além de compreender Geometria, Desenho, Aritmética, Trigonometria e Álgebra). Neste programa, o mundo antigo era estudado e tomado como base para a ciência e literatura modernas. Além disso, a geração anterior ao Parthenon formou-se a partir das “aulas-régias”, programa iniciado pela Coroa Portuguesa em 1772, alguns anos após a expulsão dos jesuítas do Reino (1759), responsáveis pela educação até então. Nestas aulas os jovens aprendiam a

⁵ Tradução nossa do inglês: “as her father was the most powerful and her mother the wisest among the gods, so Athena was a combination of the two, that is, a goddess in whom power and wisdom were harmoniously blended.” (Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology, verbete Athena).

ler, a escrever, e tomavam ainda lições de Grego, Latim, Retórica e Filosofia – mantendo um pouco da forma de ensino jesuítica, baseada no ensino clássico-humanístico. O grupo partenonista, portanto, foi influenciado por estes programas de estudo e, assim, teve a possibilidade de apreender conhecimentos que permitissem a eles saber exatamente do que se tratava o Partenon grego e o que ele representa. Portanto, parece inegável o fato de que a Sociedade tenha escolhido o nome “Parthenon Litterario” não ao acaso, mas entendendo perfeitamente quais efeitos de entendimento a evocação do nome traria à sociedade do século XIX.

A primeira das implicações ligadas ao nome “Parthenon” diz respeito ao próprio caráter intelectual da associação: relacionar uma associação literária a uma divindade reconhecida por sua sabedoria, inteligência e prudência parece fazer jus ao projeto dos partenonistas de lutar contra a ignorância da população rio-grandense, em sua maior parte composta por indivíduos analfabetos. Segundo Firmiano Antonio de Araújo, presidente da Sociedade no ano de 1874, em discurso realizado no Paço Municipal durante a comemoração de seis anos da entidade, “o Parthenon quer a educação do povo, e, cheio de fé, cheio de esperança, avança pela estrada luminosa do porvir!” (ARAÚJO apud BOEIRA, 2009, p. 91). Além disso, no contexto de uma sociedade que não crê em deuses gregos, os agremiados em seu “Parthenon” parecem querer tomar o lugar da antiga deusa da sabedoria, sendo eles agora cultuados por essa qualidade. A partir do programa da Sociedade, publicado no número um da Revista Mensal, os partenonistas determinam a importância de sua função para a intelectualidade, vendo a si mesmos como os “construtores da literatura rio-grandense” (BOEIRA, 2009, p. 91). São eles os sábios; portanto, merecem eles o seu “templo”. Assim, uma vez que o Partenon é o templo máximo de Atena, o “Parthenon Litterario” seria a instituição da sabedoria e intelectualidade rio-grandense por excelência.

Outra importante implicação que o nome traz remete ao caráter belicoso de Atena, que também está representado na Sociedade. Os associados tinham plena consciência de que suas lutas – abolição, emancipação da mulher, reconhecimento da literatura que faziam no contexto nacional, educação de qualidade para a população – eram difíceis de serem vencidas; por isso, consideravam a si mesmos como heróis, conforme comprova o discurso de Luiza de Azambuja, citado anteriormente. No contexto em que vivia a Sociedade, momento em que os provincianos tentavam recuperar-se da guerra física, os “soldados” das letras (BOEIRA, 2009, p. 91) procuravam demonstrar a sua heroicidade através de seus escritos, demonstrando, a despeito do que se acreditava à época da Revolução Farroupilha, que a literatura também era um meio de demonstrar bravura. Ademais, como dito anteriormente, Atena também é a protetora dos heróis

que são distinguidos por prudência e bom senso, assim como por sua força e valor, como Hércules, Perseu, Belerofonte, Aquiles, Diomedes, e Odisseu.⁶

Assim sendo, podemos perceber outro efeito da utilização do nome “Parthenon”: denominar a entidade com este substantivo significava dizer que ali estavam protegidos os heróis da época, os homens que travavam suas batalhas através da pena, do intelecto, da sabedoria, e que conseguiam com seus escritos mostrar-se “prudentes e de bom conselho”, assim como bravos, fortes e valorosos. Numa terra de guerreiros, fazia-se necessário, para justificar sua atenção às letras, demonstrar o caráter heróico e belicoso da literatura, de modo que os partenonistas não fossem desconsiderados em face dos heróis que lutaram na Revolução Farroupilha ou na Guerra do Paraguai.

Vale lembrar ainda que, no contexto dessa exaltação das características heróicas dos associados, os partenonistas “afirmaram, em várias ocasiões, que o Rio Grande do Sul era a Esparta brasileira – talvez em contraponto a São Luís do Maranhão, considerada a Atenas brasileira” (SILVEIRA, 2008, p. 95). “E póde-se sem exagero chamal-a a Sparta brasileira, sem que nenhuma outra provincia se abalance a reclamar semelhante titulo conquistado pela bravura, pelo heroísmo e o mais acrysolado civismo dos seus filhos” (BELLO apud SILVEIRA, 2008, p. 95). É interessante constatar essa afirmação dos partenonistas, uma vez que se utilizam de um templo da capital grega para dar nome à Sociedade. Pode-se entender essa utilização, contudo, como meio de reforçar o caráter bélico da província, uma vez que Esparta foi uma cidade-estado grega reconhecida por seu caráter militarista e oligárquico; mesmo que à época do Parthenon o Rio Grande do Sul estivesse voltando sua atenção a atividades ligadas à intelectualidade, não poderia deixar para trás esta característica tão marcante. Ademais, a comparação com Esparta também está ligada à tentativa dos agremiados, já referida, de reforçar o caráter heróico e bravo – características que se acreditava apenas serem despertas pela atividade militar-guerreira – que poderia provir das letras, reafirmando, assim, a “belicosidade literária” dos sócios do Parthenon.

5. Análise do discurso partenonista

Lançada em março de 1869, a revista congregou a divulgação das atas das reuniões mensais do grupo, além de textos romanceados e poemas escritos pelos membros partícipes da Sociedade. Não é demais comentar que esta revista, que em 1869 se

⁶ Tradução nossa do inglês: “[...] who are distinguished for prudence and good counsel, as well as for their strength and valour, such as Heracles, Perseus, Bellerophontes, Achilles, Diomedes, and Odysseus.” (Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology, verbete Athena).

apresentava muito timidamente ao leitor, foi ganhando prestígio ao longo dos anos, mas teve duração efêmera, apenas dez anos de existência.

No início na primeira edição, impressa pelas tipologias do Jornal do Comércio, periódico econômico fundado em 1643 em Porto Alegre, é apresentado ao leitor um texto chamado “Programa”, que tem a função de descrever a Sociedade e louvar os feitos de seus fundadores e colaboradores. O texto inicia assim:

O dia 18 de junho de 1868 marcou uma grande época.

Ergueu-se um monumento.

Os alicerces foram lançados sob o auspício de uma torrenda tempestade ... Parecia que terra e céos conspiravam contra uma idéia de sublime realização (Revista do Parthenon Litterário, março de 1869).

A ideia de uma sociedade literária em Porto Alegre era instigante a essas pessoas e da mesma medida que a celebração de um monumento na antiguidade, esse feito da criação desta sociedade foi louvado e comemorado como uma grande apoteose. A construção deste movimento se deu de uma maneira difícil, como o autor descreve e canta, mas eles como quase heróis homéricos levantaram os pilares do conhecimento. Neste texto há inclusive passagens que se utilizam de elementos da cultura cristã:

Os alvaneios do Parthenon eram apóstolo d'uma crença, como forão Cephass e Paulo; a uns e outros assistiu a mesma energia moral (Revista do Parthenon Litterário, março de 1869).

O autor busca em textos cristãos a inspiração para louvar os seus companheiros de luta para a abertura da sociedade. Neste caso ele usa o exemplo de apóstolos da cristandade para mostrar e comparar a moral daqueles que hoje o acompanham no grupo. Paulo (9 a. C. – 64 a. C.) é considerado pelos cristãos como o apóstolo mais importante ligado a figura de Jesus. Cephass é o apelido dado pelo próprio Jesus, segundo a Bíblia cristã, para o apóstolo Simão (século I d. C.). Cephass é uma palavra derivado do grego antigo *kefas*, que possuía um significado ligado à pedra. Simão Pedro é considerado o fundador da Igreja Católica Apostólica Romana e primeiro bispo desta. Outros elementos religiosos são colocados no discurso:

O culto as letras constitue também uma religião, e como toda religião, não deixa de ter: um colissêo de martyrio, uma coroa de espinho e uma apotheóse sobre a lápida que revestil-o (Revista do Parthenon Litterário, março de 1869).

Aqui apresenta-se o culto às letras como uma religião, determinando que, como toda religião, não deixa de ter um coliseu de martírio. Pode-se ter aqui um significado claro, que representa o Coliseu como um lugar de violência. Os cristãos atribuem a esse local o martírio dos primeiros cristãos, por isso no século XVI, o papa Bento XIV o considerou como sagrado. A coroa de espinho se apresenta como um símbolo de sofrimento, impessoalidade

e sacrifício. Sobre a dita apoteose é claramente visível um elemento clássico; o significado geral desta expressão é o de levar alguém ao estatuto de divindade. No mundo antigo é claro o uso deste para os grandes heróis. Na Grécia, desde o século IX os heróis estavam ligados aos mitos fundadores de cidades, sendo prestados cultos nos templos dedicados a eles. O primeiro a conceder honras a si próprio foi Felipe II da Macedônia (382 a.C. – 336 a.C.) no seu quinto casamento, durante o qual a imagem dele entronado foi levada em procissão entre as dos deuses do Olimpo.

Na cultura romana a apoteose era um rito funerário que elevava o defunto à categoria de deus. Era marcada pelo voo de uma águia do leito fúnebre até a morada celeste. Júlio

César (100 a.C.- 44 a.C.) foi o primeiro a receber esta apoteose por decisão do Senado Romano.

Segue o texto com outros elementos a serem analisados:

O dia 18 de junho abriu um ciclo literário na província, que até então, não poderia reunir um núcleo, onde a luz civilisadora se concentrasse nos certamens científicos, nos pleitos da tribuna e na discussão transcendente sobre o **verdadeiro, o bem e o bello**⁷ (Revista do Parthenon Litterário, março de 1869).

Já discorreremos mais detidamente sobre outros aspectos desta citação em outro momento neste mesmo artigo. Aqui, contudo, nos deteremos na análise da frase em destaque. Nela percebem-se elementos tipicamente clássicos, neste caso, homéricos. O autor se utiliza do conceito aristocrático homérico de *καλοκαγαθία*, que é a junção das palavras *καλός* και *αγαθός* (belo e bom). Na obra de Homero, esse conceito era um ideal a ser atingido: era o que os grandes heróis como Aquiles, Ajax e Odisseu perseguiram. Ser um homem belo, “no sentido normativo da imagem desejada, do ideal” (JAEGER, 2003, p.24), e um homem bom, que adquiria sentido de virtuoso e ético, era o objetivo a ser alcançado.

A trajetória desta palavra ultrapassa o período arcaico grego (~700 a. C – 500 a. C.) e chega à Atenas clássica do século IV a. C, tendo os filósofos Platão (427 a. C. – 347 a. C.) e Aristóteles (384 a. C. – 322 a. C) trabalhado este conceito. Para o primeiro a palavra significava a soma de todas as virtudes e a associava a um privilégio aristocrático. Já para Aristóteles era definido como uma alta capacidade intelectual, mas dentro deste amplo sentido deveria estar associado ao conceito de *arete* (virtude). Esse conceito de virtude estava ligado tanto a uma excelência na capacidade intelectual quanto na corporal.

No sentido em que é colocado no discurso do Parthenon se vê que ali também tem as palavras um *status* aristocrático, mas de uma aristocracia que acima de tudo buscava o conhecimento através da exposição e colaboração intelectual na inquieta elite literária porto-alegrense.

⁷ Grifo nosso.

Em outro texto da edição de abril de 1869 da Revista, intitulado “Ementário Mensal”, Apolinário Porto Alegre (1844 - 1904) escreve sobre a experiência de estar na Sociedade e escrever para a Revista. Ele divaga sobre como irá escrever uma crônica falando de uma personagem chamada Sr. Monchique de Avintes Queiroga. Louva com muita ironia os valores deste indivíduo, caracterizando-o pela frase “*ne sutor ultra crepidam*”. Esta frase é uma máxima latina atribuída a Apele, pintor grego da Jônia do século IV e tem o sentido de que não se deve julgar aquilo que não se conhece. Para o autor, o indivíduo se apresenta quase como um Augusto (63 a. C.–14 d. C.), um imperador romano. Sobre o Sr. Monchique, o autor comenta:

Queiroga é uma esphinge moral na ordem dos bípedes implumes de Platão, os quaes Diógenes comparava bem ao gallo depenado que soltou nas ruas de Athenas. (Revista do Parthenon Litterário, abril de 1869).

Nesta passagem é usada a tradicional máxima de Platão que dizia que a diferença do ser humano para os outros animais é que ele era um bípede implume (sem plumas) da ordem natural. Outro personagem que ele revive é Diógenes de Sínope, filósofo grego do século V e IV a.C.). Diógenes era um cínico provocador e vivia nas ruas de Atenas como um mendigo. Platão, quando definiu o homem como um animal bípede, sem asas, recebeu aplausos por essa definição. Diógenes, que ironizava constantemente Platão, depenou um galo e o levou ao local das aulas, exclamando. “Eis o homem de Platão!” (LAËRTIOS, 1997, p.62). Nada mais justo para um texto irônico de Apolinário utilizar este que foi um dos grandes filósofos cínicos da Atenas Clássica. Sobre Monchique, Apolinário continua falando:

Ubíquo [onipresente], braços de zoophytos, Proteo multiforme, Lynceo e Argos simultaneamente. Fallador eterno – que poe tudo sobre uma craveira que é só sua um leito de Procusto, vestindo a virtude e o crime com a túnica de Nesso. (Revista do Parthenon Litterário, abril de 1869).

Como primeiro elemento, o autor classifica a personagem como “Proteo multiforme”. Proteo (*Πρωτεύς*) é uma antiga divindade grega relacionada ao mar, a qual Homero na Odisséia diz ser um antigo homem e pastor das bestas do mar. Seu nome dá a idéia de primeiro, primordial, e é esta a ironia que Apolinário usa para falar de Monchique como sendo o primeiro entre os homens, o mais sábio. Cita a figura de Procusto, uma personagem da mitologia grega ligada ao mito de Teseu. O leito do qual ele se refere é uma cama de ferro de Procusto, que tinha seu exato tamanho, para a qual convidava todos os viajantes para se deitarem. Se os hóspedes fossem demasiados altos, ele amputava o excesso de comprimento para ajustá-los à cama; os que tinham pequena estatura eram esticados até atingirem o comprimento suficiente. Ninguém sobrevivia, pois nunca uma vítima se ajustava exatamente ao tamanho da cama.

Na frase seguinte ele cita a túnica de Nesso. Nesso foi um centauro morto por Hércules por tentar violentar aquela que seria sua última esposa, Dejanira. Antes de morrer,

o centauro maliciosamente disse à Dejanira que seu sangue seria capaz de fazer Hércules amá-la para sempre. Quando o interesse deste pela esposa passou a diminuir, Dejanira, sem ciência de que o sangue era na verdade um poderoso veneno, o aplicou em uma veste do marido. Hércules a vestiu e imediatamente passou a sentir os efeitos do veneno queimando sua carne. Este evento acabou por resultar na morte terrena do herói grego. Todos esses elementos mostram o quão enganadora e maliciosa era a figura do Sr. Monchique aos olhos de Apolinário.

Na edição de maio da Revista, Apolinário Porto Alegre escreve um romance histórico chamado "Os Palmares". Neste texto, o autor versa sobre o contato dos europeus com as terras da América e faz isso através de uma ode à natureza e à exuberância do litoral americano. No início do texto há um elemento muito curioso, constituinte de uma parte do texto a qual Apolinário chama de "Invocação". Descreve-se abaixo:

Romance histórico por Appolinário Porto Alegre
INVOCAÇÃO
Manitô das noites, da americana terra, escuta.
(PORTO ALEGRE, maio de 1869).

É possível ver aí um elemento de escrita homérica, lembrando o início da Odisséia, na qual Homero invoca a Musa para cantar os feitos de Ulisses:

Musa, reconta-me os feitos do herói astucioso que muito
peregrinou, dês que espez as muralhas sagradas de Tróia;
muitas cidades dos homens viajou, conheceu seus costumes,
como no mar padeceu sofrimentos inúmeros na alma,
para que a vida salvasse e de seus companheiros a volta." (HOMERO, 2009
p. 35).

Neste caso Apolinário invoca uma divindade não para contar, mas para escutar a natureza. Uma natureza viva e pulsante segundo o autor:

A brisa florestal perfumada nos cálices da vegetação de Santa Cruz, ao tom
de harmonias eólias, indolente desliza na umbella do arvoredado. A natureza
dorme então, mas pulsa-lhe o seio virgem, onde morão castas emoções;
mas seu lábio em sono desfere mélicas notas, um trêmulo abemolado,
como os accordes de mourisca doçaina. (PORTO ALEGRE, 1869)

Aqui não se fala mais na Musa do período clássico, mas sim de uma mitologia indígena, nativa, e da natureza como divindade. Está presente um forte sentimento americano que buscava a valorização das potencialidades destas terras, arraigados em um período romântico da literatura (século XIX). Neste caso a divindade é Manitô que, entre os indígenas da América do Norte, representava um poder ou divindade não personificada, inerente a todas as coisas e a todos os seres.

Esses exemplos clareiam bem a influência das artes, literatura e mitologia clássica nos discursos e textos dos integrantes da Sociedade Parthenon Litterário apresentados, notadamente, nas folhas de sua Revista.

6. Considerações finais

Para aqueles que não acreditam na influência do mundo clássico em períodos recentes da história, sentimos muito por este artigo. Mas o fato é que o mundo contemporâneo, neste caso a segunda metade do século XIX porto-alegrense, está profundamente ligada à matriz clássica. Essa matriz clássica sobreviveu ao tempo e às mudanças no espaço, mas nem por isso deixou de ser ressignificada e reordenada, mantendo seu caráter atemporal.

A Sociedade Parthenon Litterário foi um grupo de pessoas marcadas pela antiguidade no seu dia-a-dia, nas suas idéias e em seus escritos. Os seus trabalhos são muitos. Utilizamos aqui apenas alguns excertos para exemplificar esta influência concentrando-se principalmente nos dois primeiros anos após a fundação da Sociedade. Mas este já é um caminho importante a ser seguido nos passos do clássico ligados a esta elite intelectual que se apresenta a nós como uma sociedade.

Referências

Fontes primárias

REVISTA DO PARTHENON LITTERÁRIO. Porto Alegre: Jornal do Comércio, ano 1, n. 1, março de 1869.

REVISTA DO PARTHENON LITTERÁRIO. Porto Alegre: Jornal do Comércio, ano 1 n. 2, abril de 1869.

REVISTA DO PARTHENON LITTERÁRIO. Porto Alegre: Jornal do Comércio, ano 1, n. 3, maio de 1869.

HOMERO. Odisseia. Tradução: Carlos Alberto Nunes. 2. Ed.. São Paulo: Ediouro, 2009.

LAERTIOS, Diógenes. Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres. 2. Ed. Brasília: UnB, 1977.

Bibliografia consultada

Arquivo Histórico de Porto Alegre (Ed.). Partenon literário: 1868. Porto Alegre: Arquivo Histórico de Porto Alegre, 2001. 51 p. (Edição fase século XXI comemorativa dos 133 anos da "Sociedade Parthenon Litterário").

BOEIRA, Luciana Fernandes. Entre História e Literatura: a Formação do Panteão Rio-grandense e os Primórdios da Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX. 196 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

- CESAR, Guilhermino. Capítulo IX: O grupo do “Partenon Literário”. In: História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902). Porto Alegre: Editora Globo, 1956, pp. 171-185. Coleção Província. Volume 10
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. Alguns pressupostos para o estudo da releitura do legado clássico na iconografia urbana das cidades brasileiras. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.
- JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARSHALL, Francisco. Arqueologia clássica e patrimônio nacional, *Cadernos do LEPAARQ*. Textos sobre Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, vol. 2, n. 4, p. 19-26, 2005.
- _____. Mediterranean reception in the Americas, In: HARRIS, William V. (ed.), *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Dois pra lá, dois pra cá: o Partenon Litterário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SMITH, William (Ed.). Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology. Vol. I (verbetes: Abaeus – Dysponteus), Vol. II (verbetes: Ea'rinus, Fla'vius – Nyx), e Vol. III (verbetes: Oarses - Zygia and Zygius). Boston: Little, Brown and co., 1867.
- VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, pp. 78-90. 2ª edição. Volume II: Século XIX.